

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ
DANIEL AZEVEDO SILVEIRA
SANDMILLY BARBOSA BEZERRA
AUX. PESQUISA: CYNTHIA KARLA SORGATTO BUENO

**O SILÊNCIO QUE ECOA: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA CULTURA DO
SILÊNCIO EM ADULTOS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL**

CASCABEL

2025

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

CYNTIA KARLA SORGATTO BUENO

DANIEL AZEVEDO SILVEIRA

SANDMILLY BARBOSA BEZERRA

**O SILÊNCIO QUE ECOA: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA CULTURA DO
SILÊNCIO EM ADULTOS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL**

Projeto de Pesquisa apresentado à disciplina
TCC: Projeto de Pesquisa como requisito
parcial para obtenção da aprovação semestral
no Curso de Psicologia do Centro
Universitário Assis Gurgacz.

Professor (a) Orientador (a): Me. Luiz
Fernando Granetto

CASCADEL

2025

RESUMO

A violência sexual infantil constitui uma violação grave dos Direitos Humanos, impactando diretamente o desenvolvimento emocional, psicológico e social da criança, com efeitos prolongados na vida adulta. Embora seja uma realidade recorrente, muitos casos permanecem ocultos sob uma cultura de silêncio sustentada por medo, culpa e descrédito da fala infantil. Esse silenciamento institucional e familiar contribui para a revitimização e dificulta o acesso das vítimas às redes de apoio e cuidado. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo compreender os impactos psicossociais da cultura do silêncio em adultos que foram vítimas de violência sexual na infância. Parte-se da compreensão de que o silenciamento, quando prolongado ao longo da vida, compromete a construção da subjetividade, prejudica o bem-estar emocional e interfere na qualidade dos vínculos interpessoais e na percepção de si. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com caráter exploratório descritivo, favorecendo a escuta sensível das experiências individuais dos participantes. As entrevistas semiestruturadas permitirão acessar os sentidos atribuídos às vivências de abuso e silenciamento, favorecendo a análise dos efeitos emocionais e sociais persistentes. Espera-se que os resultados contribuam para a produção de conhecimento na área da psicologia, fortalecendo ações de enfrentamento a violência sexual infantil e promovendo práticas institucionais e clínicas mais acolhedoras, sensíveis e comprometidas com a reparação da dignidade das vítimas. A análise dos dados será realizada com base na técnica de análise de conteúdo de Bardin, possibilitando a categorização dos impactos percebidos pelos participantes. Ao dar voz a adultos que foram silenciados em sua infância, esse estudo busca ampliar a compreensão sobre as consequências da omissão social diante da violência sexual infantil e colaborar para a construção de estratégias que rompam com a lógica histórica do silêncio.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica. Violência. Infância. Silenciamento. Análise de Conteúdo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 ASSUNTO / TEMA.....	5
1.2 JUSTIFICATIVA.....	5
1.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	6
1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	6
1.4.1 Objetivo Geral.....	6
1.4.2 Objetivos Específicos.....	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
2.1 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA.....	7
2.2 A CULTURA DO SILÊNCIO.....	9
2.3 OS EFEITOS PSICOSSOCIAIS DA CULTURA DO SILÊNCIO EM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL.....	10
3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO.....	12
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	12
3.2 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E PLANO DE RECRUTAMENTO.....	12
3.2.1 Critérios de Inclusão.....	13
3.2.2 Critérios de Exclusão.....	13
3.3 COMO E QUEM IRÁ OBTER O CONSENTIMENTO/ASSENTIMENTO E GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DE PESQUISA.....	13
3.4 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO.....	14
3.5 DESCRIÇÃO DE MÉTODOS QUE AFETEM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA E ANÁLISE CRÍTICA DE RISCOS E BENEFÍCIOS, BEM COMO MEDIDAS QUE MINIMIZEM E/OU ELIMINEM TAIS RISCOS.....	14
3.6 PREVISÃO DE INDENIZAÇÃO E RESSARCIMENTO DE GASTOS AOS PARTICIPANTES.....	15
3.7 CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA.....	16
3.8 LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS E INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA...	16
3.9 EXPLICITAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA.....	16
3.10 EXPLICITAÇÃO ACERCA DA PROPRIEDADE DAS INFORMAÇÕES GERADAS PELA PESQUISA, SOBRE O USO E DESTINO DAS INFORMAÇÕES/DADOS	

COLETADOS, BEM COMO MEDIDAS DE PROTEÇÃO RELATIVAS À PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO, LOCAL E TEMPO DE ARMAZENAMENTO.....	17
3.11 ORÇAMENTO.....	17
3.12 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	18
3.13 ANÁLISE DOS RESULTADOS E EXPLICITAÇÃO DE QUE OS RESULTADOS DA PESQUISA SERÃO TORNADOS PÚBLICOS, SEJAM ELES FAVORÁVEIS OU NÃO...	18
REFERÊNCIAS.....	20
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	22
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	23
APÊNDICES C - DECLARAÇÃO DOS PESQUISADORES.....	26
APÊNDICES D - RELATÓRIO DE HORAS.....	27
ANEXO A - DECLARAÇÃO DOCXWEB.....	30

1 INTRODUÇÃO

1.1 ASSUNTO / TEMA

Este trabalho aborda como assunto o fenômeno da Violência Sexual Infantil, tendo como tema os impactos psicossociais da cultura do silêncio em adultos vítimas da violência sexual infantil.

1.2 JUSTIFICATIVA

De acordo com dados do relatório mais recente da Unicef (2024), foram registrados no Brasil 46.863 casos de violência sexual em 2021, com uma ascensão para 63.430 em 2023. Embora as estatísticas apontem o sexo feminino como o principal alvo, foram registrados quase 21 mil casos de violência sexual contra meninos nesse período de análise. Esses dados sugerem uma séria imobilidade e um grave problema de saúde pública. Segundo Carvalho *et al.* (2021), fatores como faixa etária, imaturidade cognitiva e descredibilidade social no discurso infantil contribuem para um silenciamento lúgubre que não só denota a perpetuação do desamparo quanto dificulta a busca por justiça.

Considerando tais fatores, essa pesquisa se torna relevante para desmistificar tabus que conservam sua reincidência, discutir a estigmatização das vítimas e exigir olhares atentos, tanto sociais quanto legislativos e jurídicos, para mitigar sua continuidade. Portanto, o desenvolvimento deste estudo pretende contribuir para a sociedade e comunidade acadêmico-científica, enriquecendo o campo de estudo sobre o abuso¹ sexual infantil e promovendo a conscientização, dessensibilização de tabus e fornecer perspectivas fundamentais para esse fenômeno.

A escolha do tema e desse estudo justifica-se pela importância de evidenciar o silenciamento social diante das violências sexuais, as subnotificações dos casos e as transgressões dos direitos da criança. Além disso, busca refletir sobre a necessidade de medidas preventivas, resolutas e de políticas públicas que garantam sua proteção.

¹ Neste trabalho, os termos abuso sexual infantil e violência sexual contra crianças são utilizados como equivalentes, conforme adotado por diferentes autores na literatura científica. Embora haja variações terminológicas, ambos referem-se a situações em que uma criança é envolvida em atividade sexual que ela não compreende plenamente, para a qual não está desenvolvida ou não pode consentir, configurando grave violação de direitos (OMS, 2003; Brasil, 2014).

1.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Quais são os impactos psicossociais da cultura do silêncio na vida de adultos que foram vítimas de violência sexual infantil?

1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.4.1 Objetivo Geral

Compreender quais são os impactos psicossociais da cultura do silêncio na vida de adultos que foram vítimas de violência sexual infantil.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Explorar as perspectivas e experiências de adultos que vivenciaram a violência sexual na infância.
- Investigar os efeitos da violência sexual infantil e suas consequências na vida adulta.
- Identificar o papel das redes de apoio no processo de recuperação e na mitigação dos danos causados pela violência.
- Verificar os fatores que mantêm o silêncio das vítimas, analisando os elementos psicossociais que contribuem para a perpetuação do silenciamento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA

A violência sexual infantil é uma infração multifacetada e estrutural, que existe há muitos séculos e que persiste na sociedade moderna. De acordo com Fernandes *et al.* (2020), surge das posições de poder e da relação desigual e arbitrária entre o agressor e a criança, comprometendo sua capacidade de autodefesa caracteriza-se por uma prática que tanto pode ser compulsória ou sedutora e pode ocorrer em diversas relações, independente do gênero da vítima.

As ações incluem exposição a conteúdos pornográficos, erotização precoce, observação de atos sexuais, jogos sexuais, contato genital e sexo sem consentimento. Na visão dos autores, o silenciamento sobre a violência tem uma base sólida na iminência de represálias e na inconsistência de serviços públicos. A perpetuação dessa violência sofre diversas influências e configura, conseqüentemente, um problema de natureza multifatorial reforçada por posturas familiares, sociais e políticas totalmente displicentes (FERNANDES *et.al.*, 2020).

Historicamente, a violência sexual infantil perpassa por diversas raízes socioculturais. Para Carvalho *et al.* (2021), até o século anterior, a prática de as famílias entregarem suas filhas, ainda em período infantojuvenil para o domínio de homens que atingiram a maior idade para uma união arranjada, era uma situação normalizada. Concomitantemente, a disparidade de faixa etária não era preocupação central das famílias, ao contrário, a tradição e o patriarcado prevaleciam, culminando em contato sexual legalizado com crianças.

Atualmente, a reprodução dessas práticas seria recriminada e analisada como uma incitação à pedofilia, o que causaria um forte debate e impacto social. Contudo, ainda na contemporaneidade, com o advento das mídias digitais, a superexposição do corpo em período de puberdade e as imprudências ocultam a gravidade do problema e contribuem para um cenário propício à pedofilia e até mesmo para gestações precoces (CARVALHO *et.al.*, 2021).

Nessa perspectiva, Teodoro (2019), ressalta que o “congelamento” ou perpetuação à hegemonia masculina atravessou muitas gerações e ainda reflete até os dias atuais. Muitas mulheres submetidas ao autoritarismo da estrutura familiar, sucumbiam ao conservadorismo da época e eram silenciadas diante de práticas abusivas. Para evitar retaliações, muitas

mulheres impediam que situações de violência sexual infantil fossem reveladas fora do seio familiar, mantendo as vítimas no sistema de objetificação e de controle.

Compreendendo isso, Andrade *et al.* (2023), apontam que estudos revelam que os abusos sexuais na infância, predominantemente têm origem no núcleo familiar e continuam ocorrendo nesse contexto. A posição subalternizada da criança sob autoridade da família associada ao grau de proximidade parental, facilita o silenciamento do incesto. Nesse contexto, aqueles que deveriam desempenhar um papel de proteção e representar um elo de segurança, tornam-se reforçadores das ameaças.

Segundo Quadros e Muhl (2024), o respeito e submissão culturalmente apreendidos diante da figura de autoridade de um adulto, podem ser agentes facilitadores da consumação da violência sexual e de sua camuflagem. A criança sob controle e poder de alguém mais velho, pode ter dificuldades em resistir ao abuso. Por outro lado, o abusador com suas características de manipulação, confunde os sentimentos da criança, provocando nela, desorientação ao distinguir entre obediência, medo, afeto e entrega.

Na visão dos autores, muitos dos violentadores, por não apresentarem características suspeitas, se aproveitam de negligências para concretizar o ato e ocultá-lo. Seguindo essa linha, em supremacia masculina, o abusador deposita na criança, a busca por sua satisfação sexual sem a preocupação de enxergá-la com sensibilidade. Ademais, crianças menores, carentes emocionalmente, pouco supervisionadas e vigiadas se tornam ainda mais vulneráveis.

De acordo com Albuquerque *et.al.* (2025), apesar de as mulheres não costumarem ser as autoras de violência sexual contra crianças, aquelas que se mostram negligentes ao perceber essas ações, são tão participantes quanto. Sua convivência com os participantes reais da violência sexual é agravante na mesma proporção, colabora para a perpetuação desse ciclo de violência e costuma estar relacionada a experiências traumáticas pregressas.

Válido lembrar que, mulheres que foram vítimas de violência doméstica na infância por sua família de origem, que se envolveram em abuso de drogas ou álcool e que foram expostas a um ambiente traumático, tendem a normalizar práticas abusivas com mais facilidade. Por já terem vivenciado situações semelhantes ou iguais, ficam mais suscetíveis a ter uma visão comprometida desse tipo de violação (ALBUQUERQUE *et al.*, 2025).

2.2 A CULTURA DO SILÊNCIO

Freire (1968) aponta que a cultura do silêncio, é construída a partir de relações opressoras que deslegitimam a fala dos sujeitos e naturalizam a passividade diante da violência. No caso da violência sexual infantil, o silêncio é perpetuado não apenas pelas ameaças diretas do agressor, mas também pela omissão da sociedade e das instituições que falham em oferecer espaços seguros de escuta. Segundo Neves Neto *et al.* (2021), a ausência de canais efetivos de denúncia e de acolhimento psicológico contribui para a manutenção desse ciclo.

Nesse sentido, Gonçalves e Silva (2023) observam que a criança, ao ser deslegitimada em sua dor, internaliza a crença de que não será ouvida e acolhida, o que contribui para o enraizamento do trauma e dificulta a busca por ajuda. Essa realidade demonstra que o rompimento da cultura do silêncio, exige não apenas ações individuais, mas transformações estruturais que garantam proteção, escuta ativa e justiça às vítimas. A estrutura adultocêntrica reforça o silenciamento, sobretudo quando o agressor ocupa uma posição de poder ou confiança no círculo familiar.

Cardoso *et al.* (2023) ressaltam que o silêncio em torno da violência sexual infantil se configura como uma violência simbólica, muitas vezes legitimada por discursos moralizantes que culpabilizam a vítima ou minimizam a gravidade do ocorrido. Essa lógica sustenta a ideia de que a criança deve se calar para preservar a imagem da família, o que contribui para a revitimização e impede a construção de uma rede de apoio sólida. Sob esse ponto de vista, Lopes, Silva e Ribeiro (2024) argumentam que o silenciamento institucional se manifesta quando escolas, unidades de saúde e serviços de assistência social falham em identificar sinais de abuso ou em agir diante de denúncias. Muitas vezes, os profissionais não se sentem preparados para lidar com essas situações, o que reforça a invisibilidade da violência e perpetua o sofrimento das vítimas.

A banalização da violência sexual infantil e sua consequente invisibilidade também estão relacionadas à cultura do medo e da culpa, sentimentos frequentemente internalizados pelas vítimas. De acordo com Andrade *et al.* (2023), esses sentimentos bloqueiam a possibilidade de fala e dificultam o processo de elaboração subjetiva do trauma. O silêncio, portanto, não é apenas a ausência de fala, mas um mecanismo de defesa que pode se tornar uma prisão psíquica.

Por esse lado, Neves Neto *et al.* (2021) afirmam que o enfrentamento da cultura do silêncio demanda ações coletivas e intersetoriais. Isso inclui o fortalecimento das políticas

públicas de proteção à infância, a capacitação contínua de profissionais e o incentivo a campanhas educativas que promovam o direito à fala e ao acolhimento. Ao romper o silêncio, a criança não apenas denuncia a violência sofrida, mas inicia um processo de resgate de sua dignidade e autonomia.

A responsabilização das instituições sociais no combate ao silêncio é igualmente necessária. Como aponta Gonçalves e Silva (2023), é fundamental criar espaços seguros para que as vítimas possam ser ouvidas sem julgamento, estabelecendo vínculos de confiança com os profissionais da rede de proteção. Nessa linha, a superação da cultura do silêncio depende do compromisso ético de toda a sociedade em reconhecer e combater as múltiplas formas de silenciamento impostas às crianças.

Desse modo, a cultura do silêncio deve ser compreendida como um fenômeno social e simbólico que atravessa gerações e se manifesta em diversas esferas da vida cotidiana. Para desconstruí-la, Castro *et al.* (2023) defendem ser necessário promover uma mudança de mentalidade que valorize a escuta, a empatia e a responsabilização coletiva diante da violência sexual infantil.

Por fim, Lopes *et al.* (2024) destacam que romper com o silêncio requer também a reconstrução da confiança da vítima nas relações humanas. Isso significa validar sua dor, acolher seu relato e garantir que sua voz tenha consequências práticas, como o acesso à justiça e ao cuidado integral. Só assim será possível desestabilizar a lógica histórica que sustenta o silenciamento das infâncias violentadas.

2.3 OS EFEITOS PSICOSSOCIAIS DA CULTURA DO SILÊNCIO EM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

Para Lopes, Silva e Ribeiro (2024), o abuso sexual infantil deixa cicatrizes emocionais duradouras que repercutem na fase adulta, impactando negativamente a autoestima, os relacionamentos interpessoais e a saúde mental. O silêncio imposto ou autoinfligido é um dos principais fatores que impedem a elaboração do trauma. Logo, Teodoro (2019), afirma que o abuso sexual infantil intrafamiliar é sustentado por uma lógica de dominação, em que a vítima é submetida a um pacto de silêncio naturalizado pelo medo e pela culpa, dificultando inclusive a atuação das redes de proteção. Essa situação agrava-se quando os profissionais envolvidos reproduzem discursos moralizantes e falham em acolher adequadamente os sujeitos vitimizados.

Conforme apontado por Andrade *et al.* (2023), a naturalização do silêncio é uma das principais barreiras para a prevenção e intervenção eficaz nesses casos. A internalização do silenciamento pode, ainda, interferir na percepção que a criança tem de si mesma, fazendo com que ela se identifique com a violência sofrida e desenvolva sentimentos de autodepreciação. Nesse sentido, estudos recentes, como o de Gonçalves e Silva (2023), mostram que a repressão emocional prolongada está associada ao desenvolvimento de sintomas psíquicos graves, como dissociação e transtornos de personalidade na vida adulta.

Por outro lado, a elaboração do trauma exige um ambiente de segurança e escuta ativa. Segundo Cardoso *et al.* (2023), a possibilidade de expressar a dor vivida em espaços terapêuticos ou em contextos comunitários promove a reconfiguração simbólica da experiência abusiva. Essa ressignificação é essencial para que a vítima possa se reapropriar de sua história e de sua subjetividade. Lopes *et al.* (2024) destacam que a psicoterapia se apresenta como um importante recurso para a ressignificação das experiências traumáticas e rompimento com o silêncio. Espaços de escuta, acolhimento e validação da dor são fundamentais para que a vítima possa reconstruir sua história e recuperar o sentimento de dignidade. Ainda, segurança e continuidade no atendimento psicossocial são elementos essenciais na trajetória de reparação.

Assim sendo, para enfrentar a cultura do silêncio, é imprescindível qualificar os profissionais da saúde, educação, assistência social e justiça, de modo que reconheçam as dinâmicas do silenciamento e suas implicações. Como afirmam Cardoso *et al.* (2023), uma atuação intersetorial, integrada e comprometida é essencial para garantir o acesso aos direitos e à proteção das crianças e adolescentes. Gonçalves e Silva (2023) reforçam que romper com a cultura do silêncio é um ato de resistência e de reconstrução identitária. Ao encontrar escuta e acolhimento, a vítima tem a possibilidade de se desvincular da condição de objeto da violência e se reconhecer como sujeito de direitos, capaz de ressignificar sua trajetória.

De tal modo, Silva e Andrade (2023) ressaltam que, para muitas vítimas, o silêncio não representa apenas a ausência de fala, mas um mecanismo de sobrevivência frente a um ambiente ameaçador. No entanto, esse recurso psíquico pode se tornar disfuncional ao longo do tempo, consolidando-se em um trauma crônico. Nessa perspectiva, compreender e romper com a cultura do silêncio é tarefa coletiva. Envolve desde a escuta sensível de um profissional, passando pelo fortalecimento das redes de apoio, até a promoção de políticas públicas que tratem a vítima com dignidade e assegurem o direito à voz, considerando que o silêncio não é apenas a ausência de fala, mas a perpetuação de uma violência simbólica que precisa ser superada.

3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo possui uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo, tendo como objetivo compreender os impactos psicossociais da cultura do silêncio em adultos que foram vítimas de violência sexual infantil. A escolha por uma metodologia qualitativa se justifica pela complexidade e subjetividade do fenômeno investigado, priorizando a compreensão dos sentidos atribuídos pelas vítimas às suas vivências e silenciamentos ao longo da vida. Conforme Cordeiro *et al.* (2023), esse tipo de pesquisa permite acessar significados, emoções e construções simbólicas que ultrapassam os limites da quantificação.

Dentro dessa abordagem, o caráter exploratório permite a familiarização com o objeto de estudo e a identificação de elementos subjetivos, que podem estar presentes nas narrativas dos participantes. Já o aspecto descritivo busca dar visibilidade aos efeitos da violência sexual e do silenciamento na constituição da subjetividade, saúde mental e relações sociais das vítimas.

3.2 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E PLANO DE RECRUTAMENTO

A presente pesquisa será realizada no segundo semestre de 2025 e terá como população alvo pessoas adultas, com idade igual ou superior a 18 anos, que foram vítimas de violência sexual na infância e que, de forma voluntária, aceitem compartilhar aspectos de suas vivências e percepções relacionadas à cultura do silêncio e seus desdobramentos psicossociais na vida adulta.

Para o recrutamento dos participantes, será utilizada a técnica de amostragem “Bola de Neve” (*snowball sampling*), amplamente adotada em estudos qualitativos com populações de difícil acesso ou que envolvam temas sensíveis (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Inicialmente, serão identificados um ou dois participantes que atendam aos critérios de inclusão, por meio de indicações realizadas por profissionais da saúde ou por contatos pessoais dos pesquisadores.

O primeiro contato com os potenciais participantes será realizado via telefone ou aplicativo de mensagens (WhatsApp). Nessa etapa, os pesquisadores irão se apresentar, explicar os objetivos e a natureza da pesquisa, esclarecer dúvidas e verificar o interesse em

participar. Após o aceite dos primeiros participantes, será solicitado que indiquem outras pessoas que também se enquadrem no perfil do estudo. O número máximo de participantes será de cinco pessoas, considerando a profundidade e a complexidade do tema abordado.

As pessoas que manifestarem interesse em participar receberão previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo informações claras e acessíveis sobre os objetivos do estudo, os procedimentos envolvidos, os direitos dos participantes, bem como a garantia do anonimato, sigilo e a possibilidade de desistência a qualquer momento sem nenhum prejuízo.

A participação na pesquisa será totalmente voluntária, e somente será efetivada mediante o aceite e assinatura do TCLE. A condução do processo de recrutamento, bem como todas as etapas de pesquisa, seguirá os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando o respeito, empatia e cuidado com cada pessoa envolvida.

3.2.1 Critérios de Inclusão

Pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, que tenham vivenciado situações de violência sexual na infância.

3.2.2 Critérios de Exclusão

Pessoas que não residam no Brasil, que apresentem recusa na assinatura do TCLE, que não possuam acesso à internet nem fluência na língua portuguesa.

3.3 COMO E QUEM IRÁ OBTER O CONSENTIMENTO/ASSENTIMENTO E GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DE PESQUISA

Esta pesquisa seguirá rigorosamente os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regula pesquisas com seres humanos. O projeto será previamente submetido à avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição de ensino responsável. A participação será voluntária, e todos os envolvidos serão informados quanto aos objetivos, procedimentos e possíveis riscos da pesquisa, conforme os critérios éticos vigentes para estudos com seres humanos.

O termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será apresentado em formato digital aos participantes, após o primeiro contato realizado via telefone ou aplicativo de mensagens (WhatsApp). O documento será lido e explicado pelos próprios pesquisadores, que estarão preparados para conduzir esse momento com clareza, empatia e respeito aos limites individuais. A confidencialidade será garantida por meio da anonimização dos dados, do uso de codinomes e da proteção dos registros em ambiente digital seguro.

3.4 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

A execução do presente projeto terá início com a identificação dos primeiros participantes, conforme os critérios estabelecidos, por meio de identificações feitas por profissionais da saúde ou contatos pessoais dos pesquisadores, em consonância com a técnica de amostragem por “Bola de Neve” (snowball sampling) (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Após o aceite dos primeiros participantes, será solicitado que indiquem outras pessoas que também se enquadrem no perfil do estudo e que estejam dispostas a contribuir com a pesquisa. O número de participantes será limitado a cinco, considerando a complexidade do tema e a proposta de aprofundamento das narrativas.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas remotamente (via vídeo chamada), respeitando a disponibilidade e o conforto dos participantes. A entrevista será realizada em local apropriado, garantindo sigilo, segurança e privacidade ao participante. Todas as entrevistas serão gravadas, com autorização prévia dos envolvidos, para posterior transcrição integral. Após a transcrição, os arquivos de áudio serão definitivamente apagados, visando assegurar a confidencialidade e a proteção dos dados pessoais.

A entrevista seguirá um roteiro previamente elaborado, com questões abertas que possibilitem explorar as vivências relacionadas à violência sexual na infância, os impactos psicossociais percebidos na vida adulta e o papel da cultura do silêncio nessas experiências. Com as entrevistas realizadas, os pesquisadores procederão à análise dos dados alcançados, à discussão com a fundamentação teórica previamente realizada e à defesa do trabalho.

3.5 DESCRIÇÃO DE MÉTODOS QUE AFETEM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA E ANÁLISE CRÍTICA DE RISCOS E BENEFÍCIOS, BEM COMO MEDIDAS QUE MINIMIZEM E/OU ELIMINEM TAIS RISCOS

Por se tratar de um tema sensível, reconhece-se que, embora os riscos sejam considerados mínimos, os participantes podem experienciar sentimentos de desconforto, angústia, tristeza, ou revivência de memórias traumáticas durante a entrevista. Para minimizar tais riscos, a coleta de dados será realizada por meio de entrevistas individuais, baseadas em um roteiro semiestruturado com perguntas abertas, conduzidas com empatia, escuta ativa e acolhimento.

As entrevistas ocorrerão em ambiente virtual, assegurando privacidade e segurança emocional. Os pesquisadores estarão atentos às reações dos participantes, respeitando seus limites e pausando ou encerrando a entrevista sempre que necessário. Em caso de necessidade será oferecido encaminhamento para atendimento psicológico gratuito.

Os dados coletados serão tratados com rigor ético, garantindo anonimato e sigilo. Quanto aos benefícios, a participação pode favorecer processos subjetivos de reconhecimento e validação da própria história, além de contribuir com a produção de conhecimento científico e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à prevenção e ao cuidado com vítimas de violência sexual. Todo o processo respeitará os princípios da ética em pesquisa com seres humanos, conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, prezando pela autonomia, dignidade, empatia e proteção integral dos participantes.

3.6 PREVISÃO DE INDENIZAÇÃO E RESSARCIMENTO DE GASTOS AOS PARTICIPANTES

Considerando que a participação na pesquisa ocorrerá de forma remota, por meio de chamadas de vídeo, não se espera que haja gastos por parte dos participantes. No entanto, os pesquisadores responsáveis se comprometem a ressarcir quaisquer despesas decorrentes diretamente da participação no estudo, caso venham a ocorrer, incluindo possíveis custos de deslocamento ou acesso à internet, quando necessário, além de cobrir também as despesas de acompanhantes, se for o caso.

Em conformidade com a Resolução CNS nº 466/2012 (item IV.3), os participantes que eventualmente venham a sofrer qualquer tipo de dano, físico, emocional ou psicológico, em decorrência de sua participação na pesquisa, sejam eles previstos ou não no TCLE, terão

direito a devida indenização. Essa responsabilidade recai sobre os pesquisadores e a instituição envolvida. Além disso, conforme estabelecido no Código Civil (Lei nº 10.406/2002), especialmente nos artigos 927 a 954, o participante terá direito à assistência integral, imediata e gratuita pelo tempo que for necessário visando a reparação dos danos sofridos.

3.7 CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

A pesquisa poderá ser suspensa ou encerrada a qualquer momento, caso ocorram situações que comprometam a integridade ética ou metodológica do estudo. Entre os critérios estabelecidos, destaca-se a possibilidade de desistência voluntária dos participantes, que poderão revogar seu consentimento livre e esclarecido a qualquer tempo, sem prejuízo algum.

Ademais, a interrupção da pesquisa poderá ser considerada diante do surgimento de riscos inesperados à saúde física ou emocional dos envolvidos, do descumprimento dos princípios éticos ou ainda de dificuldades operacionais que inviabilizem a continuidade da investigação. Tais medidas visam assegurar o bem-estar dos participantes e a legitimidade científica da pesquisa, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

3.8 LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS E INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA

Considerando a sensibilidade do tema proposto e o respeito à individualidade dos participantes, todas as entrevistas serão realizadas de forma remota, por meio de videochamadas no Google Meet, buscando acolher o participante em um espaço seguro, possibilitando um ambiente de escuta respeitosa.

Essa forma de realização também permite que a pesquisa alcance pessoas de diferentes localidades, sem exigir deslocamentos ou exposição desnecessária. As entrevistas serão agendadas com antecedência e os participantes serão orientados a escolher um horário e local que lhes proporcione tranquilidade e privacidade.

A infraestrutura necessária será simples e acessível, conexão com internet e um dispositivo com câmera e microfone (como celular ou computador). Os pesquisadores utilizarão equipamentos próprios, garantindo sigilo e proteção das informações compartilhadas. Nenhuma instituição física será utilizada como campo de pesquisa, pois o trabalho se desenvolverá no espaço virtual e na escuta individualizada.

3.9 EXPLICITAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA

As responsabilidades no desenvolvimento dessa pesquisa serão compartilhadas entre os membros da equipe, que deverão seguir rigorosamente o plano metodológico previamente estabelecido. Entre suas atribuições está a elaboração e a coleta dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dos participantes, procedimento que deverá ocorrer após a aprovação do Comitê de Ética e antes do início da coleta de dados.

Serão adotadas todas as medidas necessárias para prevenir e minimizar possíveis riscos ou danos aos participantes durante o desenvolvimento da pesquisa. A equipe contará, ainda, com o acompanhamento e a supervisão do professor orientador vinculado ao Centro Universitário FAG, que prestará suporte técnico, metodológico e ético em todas as etapas do trabalho.

Os participantes assumem responsabilidades específicas no decorrer do processo, como fornecer o consentimento, colaborar com informações verdadeiras, manter a confidencialidade e zelar pela comunicação ética e respeitosa durante sua participação na pesquisa.

3.10 EXPLICITAÇÃO ACERCA DA PROPRIEDADE DAS INFORMAÇÕES GERADAS PELA PESQUISA, SOBRE O USO E DESTINO DAS INFORMAÇÕES/DADOS COLETADOS, BEM COMO MEDIDAS DE PROTEÇÃO RELATIVAS À PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO, LOCAL E TEMPO DE ARMAZENAMENTO

Em conformidade com a Resolução CNS nº 466/12, todos os dados e informações coletados durante a realização da pesquisa serão devidamente armazenados e permanecerão sob a responsabilidade e guarda dos pesquisadores por um período mínimo de cinco anos.

3.11 ORÇAMENTO

A tabela a seguir apresenta uma estimativa dos custos previstos para a realização da pesquisa. Ressalta-se que os valores indicados são aproximados e podem sofrer alterações, considerando que a execução do estudo ocorrerá nos próximos meses, estando, portanto, sujeita a possíveis variações de acordo com as condições do mercado (Quadro 1):

Quadro 1 - Orçamento para realização da pesquisa.

Itens	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Pacote de dados de Internet	01	R\$ 99,00	R\$ 99,00
Impressões (Declaração dos pesquisadores, TCLE, etc.)	31	R\$ 0,30	R\$9,30
-	-	Total:	R\$108,30

Fonte: Elaborado pelos Pesquisadores, 2025.

3.12 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de atividades será executado a partir da aprovação do projeto pelo Comitê de Ética, viabilizando, assim, o desenvolvimento das etapas previstas (Quadro 2):

Quadro 2 - Cronograma do projeto de pesquisa

Atividades	Set/2025	Out/2025	Nov/2025
Recrutamento dos Participantes	X		
Início Construção do Artigo	X		
Coleta de Dados	X		
Tabulação dos Dados		X	
Análise de Dados		X	
Resultados e Discussões		X	
Considerações Finais			X
Finalização da Introdução			X
Entrega			X

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2025.

3.13 ANÁLISE DOS RESULTADOS E EXPLICITAÇÃO DE QUE OS RESULTADOS DA PESQUISA SERÃO TORNADOS PÚBLICOS, SEJAM ELES FAVORÁVEIS OU NÃO

Os dados obtidos na presente pesquisa serão analisados por meio da Análise de Conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016). Esse método se caracteriza por um conjunto

de técnicas de análise das comunicações, que visa a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto ou latente nas mensagens. A análise permite a categorização dos dados a partir da identificação de unidades de registro, contexto, categorias temáticas e subcategorias emergentes, possibilitando uma interpretação rigorosa e fundamentada.

Além disso, em cumprimento aos princípios éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 466/12, garante-se que os resultados da pesquisa, sejam eles favoráveis ou não, serão devidamente divulgados. Os participantes da pesquisa, bem como as instituições envolvidas, terão acesso aos achados, assegurando transparência e compromisso ético com a produção científica.

Por fim, os pesquisadores se comprometem a compartilhar os resultados por meio de publicações acadêmicas, eventos científicos e outros meios pertinentes, sempre conferindo os devidos créditos aos autores e participantes que colaboraram para o desenvolvimento da pesquisa, respeitando os princípios da ética, da confidencialidade e da integridade científica.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G. *et al.* **Fatores associados à notificação de violência na infância no Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 30, n. 2, 2025.
- ANDRADE, V. N.; FRANCO, B. F.; TIRABASSI, T. M. **O silêncio do abuso sexual infantil, suas consequências e possibilidades no acompanhamento psicológico.** Artigo – 11º Pesquisar. Centro Universitário Alfredo Nasser – UNIFAN, 2023.
- ANDRADE, V. N. G.; SILVA, M. C. S.; SANTOS, I. G. **Efeitos do abuso sexual infantil na vida adulta: reflexões psicológicas e sociais.** *Psicologia e Saúde em Debate*, v. 9, n. 1, p. 49-65, jan./jun. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. **Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling.** *Sociological Methods & Research*, v. 10, n. 2, p. 141–163, 1981
- BRANDÃO, A. P.; ANDRADE, M. I.; SANTOS, P. R. **Análise do perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil no período de 2019 e 2023.** *FT Enfermagem*, v. 28, n. 139, 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em serviços de saúde do SUS.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CARDOSO, B.; OLIVEIRA, J.; NASCIMENTO, F. **Ressignificação do abuso sexual infantil em contextos psicossociais.** *Revista Brasileira de Psicologia e Sociedade*, v. 5, n. 2, p. 122-136, 2023.
- CARVALHO, C. S.; NETO, W. F. N.; REZENDE, M. G. C. **O abuso sexual infantil e a cultura do silêncio: machismo, racismo e adultocentrismo em questão.** *Revista de Estudos Indisciplinares em Gêneros e Sexualidades*, v. 16, n. 2, 2021.
- CORDEIRO, D. S.; FERNANDES, A. P.; SOUZA, C. L. **Violência sexual infantil e os efeitos no desenvolvimento psíquico: uma análise a partir da escuta clínica.** *Revista Interações*, v. 29, n. 2, p. 54-68, 2023.
- FERNANDES, M. R.; MEIRELLES, R. C.; MIRANDA, M. H. H. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados.** *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 54, e03633, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- GONÇALVES, T. S.; SILVA, J. M. **Silêncio e trauma: repercussões do abuso sexual infantil no psiquismo adulto.** *Interfaces da Psicanálise*, v. 11, n. 2, p. 80-94, 2023.

LOPES, A. C.; SILVA, C. M.; RIBEIRO, B. L. S. **Trauma e superação: a psicanálise como dispositivo de ressignificação do abuso sexual na infância.** *Revista Saber Digital*, v. 17, n. 3, p. 122-139, 2024.

NEVES NETO, F. B.; MOURA, I. R.; CRUZ, R. F. **Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação do abuso sexual infantil.** *Psicologia & Sociedade*, v. 33, e217931, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/q39qMLgvCyXGjKYkVmjyTDh>. Acesso em: 01 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World report on violence and health.** Geneva: WHO, 2003.

QUADROS, T. S.; MUHL, C. **As repercussões psicossociais da violência sexual infantil: uma análise contemporânea.** *Revista Brasileira de Psicologia Clínica*, v. 10, n. 1, p. 55-70, 2024.

SILVA, R. A.; ANDRADE, C. H. S. **Silêncio como mecanismo de defesa psíquica em vítimas de abuso sexual infantil.** *Revista Estudos em Psicologia Clínica*, v. 8, n. 1, p. 113-127, 2023.

TEODORO, C. C. **A violência sexual contra crianças e adolescentes e os desafios da rede de proteção.** *Revista Guará*, v. 8, n. 1, p. 25-39, 2019.

UNICEF; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: 2021-2023.** 2. ed. São Paulo: UNICEF, 2024. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20\(003\).pdf.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20(003).pdf.pdf). Acesso em: 3 jun. 2025.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1 - Você poderia compartilhar como foi, viver essa experiência de violência na infância?
- 2 - Durante sua infância ou adolescência, você teve espaço ou sentiu segurança para falar sobre o que havia acontecido? Se não, o que você acredita que te impediu de falar e que poderia ter feito diferença para que você se sentisse seguro(a)?
- 3 - Em algum momento da sua trajetória, você encontrou pessoas, redes ou serviços que te ajudaram no enfrentamento e na ressignificação dessa experiência? Como foi esse processo para você?
- 4 - Quais impactos você percebe hoje, na sua vida emocional, nas suas relações ou na sua saúde mental, que podem estar relacionados àquela vivência e ao silêncio que você precisou manter?
- 5 - Hoje, o que você acredita que a sociedade ou as instituições poderiam fazer para acolher melhor pessoas que viveram isso?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada: “**O SILÊNCIO QUE ECOA: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA CULTURA DO SILÊNCIO EM ADULTOS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL**”, desenvolvida pelo pesquisador responsável Luiz Fernando Granetto e pelos pesquisadores colaboradores Cyntia Karla Sorgatto Bueno, Daniel Azevedo Silveira e Sandmilly Barbosa Bezerra.

Esta pesquisa irá investigar os impactos psicossociais (sociais e emocionais) da cultura do silêncio em adultos vítimas da violência sexual infantil e os fatores mantenedores do silenciamento.

Nós estamos desenvolvendo esta pesquisa porque queremos compreender como os impactos psicossociais e a cultura do silêncio se manifestam na vida de adultos que foram vítimas de violência sexual infantil.

O convite para a sua participação se deve ao fato de você ser uma pessoa adulta (18 anos ou mais), residente no Brasil, que vivenciou situações de violência sexual na infância e se dispõe, de forma voluntária, a compartilhar suas experiências no contexto da pesquisa, atendendo aos critérios de inclusão previamente definidos.

Caso você decida aceitar nosso convite para participar desta pesquisa, você será submetido(a) ao seguinte procedimento: uma entrevista com roteiro semiestruturado, conduzida de forma online, por vídeo chamada ou chamada de voz, conforme sua preferência, com duração estimada de 50 minutos.

Os riscos relacionados com sua participação são: possível desconforto emocional, tristeza, angústia ou revivência de memórias traumáticas. Serão reduzidos os seguintes procedimentos: a entrevista será conduzida de forma empática e acolhedora, respeitando seus limites. Você poderá pausar ou interromper a entrevista a qualquer momento, sem necessidade de justificativa. Caso sinta necessidade, será oferecido encaminhamento gratuito para atendimento psicológico, por meio da Clínica Escola do Centro Universitário FAG ou de instituições parceiras.

Estão previstos como forma de acompanhamento e assistência: escuta acolhedora durante todo o processo da entrevista e, se necessário, encaminhamento para serviços de apoio psicológico gratuito.

Os benefícios relacionados com a sua participação serão: possível ressignificação pessoal ao compartilhar sua história, além da contribuição para a produção de conhecimentos científicos, que podem gerar impactos positivos na formulação de políticas públicas e no fortalecimento de redes de proteção às vítimas.

Todos os dados e informações que você nos fornecer serão guardados de forma sigilosa. Garantimos a confidencialidade e a privacidade dos seus dados e das suas informações. Todas as informações que você nos fornecer ou que sejam conseguidas por esta pesquisa serão utilizadas somente para esta finalidade. As entrevistas serão gravadas **somente se você autorizar**, com o objetivo exclusivo de facilitar a transcrição e análise dos dados. Após essa etapa, os áudios serão excluídos de forma definitiva e segura. **Nenhuma imagem será coletada.**

O material da pesquisa com os seus dados e informações será armazenado em local seguro e guardado em arquivo digital protegido por senha, por pelo menos 5 anos após o término da pesquisa. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) ou constrangê-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

A sua participação não é obrigatória, sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Se você decidir recusar ou desistir de participar, você não terá nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador, com o Centro Universitário FAG. Em caso de recusa, você não será penalizado.

A sua participação nesta pesquisa bem como a de todas as partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração/pagamento. No caso de algum gasto resultante da sua participação na pesquisa e dela decorrentes, você será ressarcido, ou seja, o pesquisador responsável cobrirá todas as suas despesas e de seus acompanhantes, quando for o caso.

Se você sofrer qualquer dano resultante da sua participação neste estudo, sendo ele imediato ou tardio, previsto ou não, você tem direito a assistência imediata, integral e gratuita, pelo tempo que for necessário.

Ao assinar este termo de consentimento, você não estará abrindo mão de nenhum direito legal, incluindo o direito de buscar indenização por danos e assistência completa por lesões resultantes de sua participação neste estudo.

Os resultados que obtivemos com esta pesquisa serão transformados em informações científicas. Portanto, há a possibilidade de eles serem apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação.

Também é um direito seu receber o retorno sobre sua participação. Então, se você tiver interesse, preencha o seu telefone e/ou e-mail no campo “CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO”. Assim, quando este estudo terminar, você receberá informações sobre os resultados obtidos.

A qualquer momento, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação.

Pesquisador Responsável: Luiz Fernando Granetto

Endereço: Avenida das Torres 500 – Bairro FAG – Cascavel, Paraná - Prédio da Reitoria – 1º Andar.

Telefone: (45) 3321-3900

E-mail: luizgranetto@fag.edu.br

Você também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Assis Gurgacz (CEP-FAG), responsável por avaliar este estudo.

Este Comitê é composto por um grupo de pessoas que atuam para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a função de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética.

Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com CEP-FAG através das informações abaixo:

Endereço: Avenida das Torres 500 – Bairro FAG – Cascavel, Paraná - Prédio da Reitoria – 1º Andar.

Telefone: (45) 3321-3791

E-mail: comitedeetica@fag.edu.br

Site: <https://www.fag.edu.br/cep>

Horários de atendimento: Segunda, Terça, Quarta, Quinta e Sexta-feira: 08h00 – 12h00 – 13h12 às 18h00

Após ser esclarecido(a) sobre as informações do projeto, se você aceitar em participar desta pesquisa deve preencher e assinar este documento que está elaborado em duas vias; uma via deste Termo de Consentimento ficará com você e a outra ficará com o pesquisador. Este consentimento possui mais de uma página, portanto, solicitamos sua assinatura (rubrica) em todas elas.

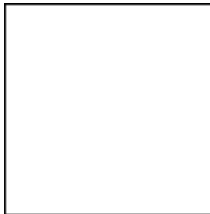
CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

() _____

Assinatura do participante

Telefone e e-mail de contato do participante
(se aplicável)



Impressão dactiloscópica do participante
(se aplicável)

Nome e assinatura da testemunha imparcial
(se aplicável)

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICES C - DECLARAÇÃO DOS PESQUISADORES

Título do projeto: O Silêncio que Ecoa: Impactos Psicossociais da Cultura do Silêncio em Adultos Vítimas de Violência Sexual Infantil

Pesquisador responsável: Luiz Fernando Granetto

Pesquisador (es) colaborador (es): Cyntia Karla Sorgatto Bueno, Daniel Azevedo Silveira, Sandmilly Barbosa Bezerra

Classificação da Pesquisa:

- () Iniciação científica () Dissertação/Mestrado
(X) TCC/Graduação () Tese/Doutorado
() TCC/Especialização () Projeto Institucional

Declaramos que a coleta de dados não foi iniciada e iniciará somente após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG (e da coparticipante, se houver), que possui prazos estabelecidos pelas Resoluções vigentes para análise e apreciação dos documentos apresentados por nós, via Plataforma Brasil.

Garantimos que os resultados do estudo serão divulgados para os participantes da pesquisa e instituições onde os dados foram obtidos, bem como que, ao encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, não haverá exposição de dados que levem ao reconhecimento e constrangimento dos participantes e locais envolvidos.

Declaramos também, ciência das implicações impostas pelas Resoluções vigentes quanto ao não cumprimento dos requisitos citados.

Cascavel, 25 de maio de 2025.



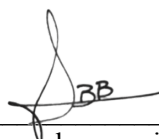
Nome e assinatura do pesquisador responsável



Nome e assinatura do pesquisador colaborador



Nome e assinatura do pesquisador colaborador



Nome e assinatura do pesquisador colaborador

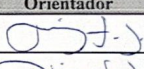
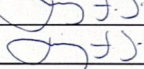
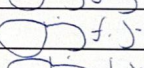
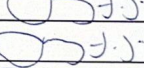
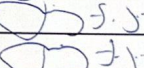
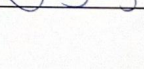
APÊNDICES D - RELATÓRIO DE HORAS

 CENTRO UNIVERSITÁRIO	CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAG CURSO DE PSICOLOGIA Renovação de Reconhecimento Portaria N° 703, de 18 de Dezembro de 2013 DOU de 19 de Dezembro de 2013	 PSICOLOGIA CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
--	--	---

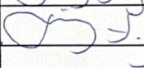
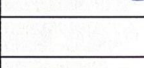
RELATÓRIO DE HORAS INDIVIDUAL

Trabalho de Conclusão de Curso: PROJETO DE PESQUISA

Acadêmico: Daniel Borges Ribeiro
 Professor Orientador: Luiz Fernando Gonet

Encontro	Data	Atividade	Duração da Atividade	Atividade proposta para a próxima semana	Visto do Orientador
1	05/03/25	Definir o tema e o assunto	25 min	Conferir o tema e o assunto	
2	12/03/25	Definir a justificativa	25 min	Problema de pesquisa	
3	13/03/25	Definir o problema de pesquisa	25 min	Objetivos da Pesquisa	
4	26/03/25	Definir objetivos, hipóteses e hipóteses	25 min	Fundamentação Teórica	
5	02/04/25	Organizar a fundamentação teórica	25 min	Revisão fundamentação teórica	
6	05/04/25	Concluir fundamentação teórica	25 min	Recomendações metodológicas	
7	16/04/25	Recomendações metodológicas	25 min	Recomendações metodológicas	
8	23/04/25	Recomendações metodológicas	25 min	Recomendações metodológicas	
9	30/04/25	Recomendações metodológicas	25 min	Recomendações metodológicas	
10	07/05/25	Recomendações metodológicas	25 min	Finalização Cap. 3	

 CENTRO UNIVERSITÁRIO	CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAG CURSO DE PSICOLOGIA Renovação de Reconhecimento Portaria N° 703, de 18 de Dezembro de 2013 DOU de 19 de Dezembro de 2013	 PSICOLOGIA CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
--	--	---

Encontro	Data	Atividade	Duração da Atividade	Atividade proposta para a próxima semana	Visto do Orientador
11	14/05/25	Finalização Cap. 3	25 min	Entrega Cap. 3	
12	21/05/25	Entrega Cap. 3 e Conclusão	25 min	Revisão, Problemas - (para o próximo)	
13	28/05/25	Finalização da Revisão (para o próximo)	25 min	Entrega e Conclusão Final	
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

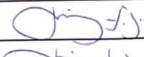
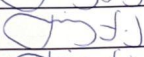
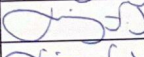
OBSERVAÇÕES: _____

 CENTRO UNIVERSITÁRIO	CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAG CURSO DE PSICOLOGIA Renovação de Reconhecimento Portaria N° 703, de 18 de Dezembro de 2013 DOU de 19 de Dezembro de 2013	 PSICOLOGIA CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
--	--	--

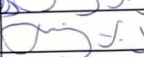
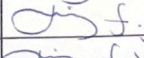
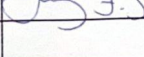
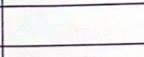
RELATÓRIO DE HORAS INDIVIDUAL

Trabalho de Conclusão de Curso: PROJETO DE PESQUISA

Acadêmico: Sandmilly Barbosa Bezerra
 Professor Orientador: Krist. Mte. Ruy Fernando Granetto

Encontro	Data	Atividade	Duração da Atividade	Atividade proposta para a próxima semana	Visto do Orientador
1	05/03/25	Delimitar tema e assunto	25 min	Justificativa	
2	12/03/25	Delimitar a justificativa	25 min	Problema de pesquisa e hipótese	
3	19/03/25	Delimitar problema de pesquisa	25 min	Objetivos da pesquisa	
4	26/03/25	Delimitar objetivos gerais e específicos	25 min	Encaminhamento metodológico	
5	02/04/25	Encaminhamento metodológico delimitação	25 min	Encaminhamento metodológico	
6	09/04/25	Encaminhamento metodológico	25 min	Encaminhamento metodológico	
7	16/04/25	Encaminhamento metodológico	25 min	Encaminhamento metodológico	
8	23/04/25	Encaminhamento metodológico	25 min	Encaminhamento metodológico	
9	30/04/25	Encaminhamento metodológico	25 min	Encaminhamento metodológico	
10	07/05/25	Encaminhamento metodológico	25 min	Síntese do capítulo 3	

 CENTRO UNIVERSITÁRIO	CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAG CURSO DE PSICOLOGIA Renovação de Reconhecimento Portaria N° 703, de 18 de Dezembro de 2013 DOU de 19 de Dezembro de 2013	 PSICOLOGIA CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
--	--	--

Encontro	Data	Atividade	Duração da Atividade	Atividade proposta para a próxima semana	Visto do Orientador
11	14/05/25	Síntese do capítulo 3	25 min	Resumo, palavras-chave	
12	21/05/25	Resumo, palavras-chave e resumo	25 min	Entrega e elaboração do slide	
13	28/05/25	Entrega e elaboração do slide	25 min	Entrega e elaboração do slide	
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

OBSERVAÇÕES: _____

 CENTRO UNIVERSITÁRIO	CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAG CURSO DE PSICOLOGIA Renovação de Reconhecimento Portaria N° 703, de 18 de Dezembro de 2013 DOU de 19 de Dezembro de 2013	 PSICOLOGIA CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
--	--	--

RELATÓRIO DE HORAS INDIVIDUAL

Trabalho de Conclusão de Curso: PROJETO DE PESQUISA

Acadêmico: Carla Karla Fongatto Bueno

Professor Orientador: Luiz Fernando Granetto

Encontro	Data	Atividade	Duração da Atividade	Atividade proposta para a próxima semana	Visto do Orientador
1	02/04	Orientação	25 min	Leitura do conteúdo; Tarefa	
2	09/04	Orientação	25 min	Encaminhamento metod.	
3	16/04	Orientação	25 min	Encaminh. metodológico	
4	23/04	Orientação	25 min	Encaminh. metodológico	
5	30/04	Orientação	25 min	Encaminh. metodológico	
6	07/05	Orientação	25 min	Finalização cap. 3.	
7	14/05	Orientação	25 min	Capítulo 3.	
8	21/05	Orientação	25 min	Resumo, Palavras-chave	
9	28/05	Orientação	25 min	Entrega.	
10					

ANEXO A - DECLARAÇÃO DOCXWEB

5/28/25, 10:59 AM o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu



Relatório DOCxWEB DOCXWEB.COM Ajuda

Título: **o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu**

Data: 27/05/2025 09:57

Usuário: Daniel Azevedo Silveira

Email: dasilveira3@minha.fag.edu.br

Revisão: 1

Observações:

- Caso tenha dúvida na interpretação do relatório, acione o botão 'Ajuda'.
- Caso tenha recebido este relatório de outra pessoa e exista a suspeita de violação das informações mais sensíveis apresentadas abaixo, use o texto da pesquisa e realize uma nova pesquisa no docxweb.com.
- As demais informações estão disponíveis no restante das abas expansíveis do relatório.

Autenticidade em relação a INTERNET

Autenticidade Calculada: **100 %**

Autenticidade em relação a INTERNET

[Texto Pesquisado \(Internet\)](#)

1 INTRODUÇÃO

1.1 ASSUNTO / TEMA

Este trabalho aborda como assunto o fenômeno da Violência Sexual Infantil, tendo como tema os impactos psicossociais da cultura do silêncio em adultos vítimas da violência sexual infantil.

1.2 JUSTIFICATIVA

De acordo com dados do relatório mais recente da Unicef (2024), foram registrados no Brasil 46.863 casos de violência sexual em 2021, com uma ascensão para 63.430 em 2023. Embora as estatísticas apontem o sexo feminino como o principal alvo, foram registrados quase 21 mil casos de violência sexual contra meninos nesse período de análise. Esses dados sugerem uma séria imobilidade e um grave problema de saúde pública. Segundo Carvalho et al. (2021), fatores como faixa etária, imaturidade cognitiva e descredibilidade social no discurso infantil contribuem para um silenciamento lúgubre que não só denota a perpetuação do desamparo

quanto dificulta a busca por justiça. Considerando tais fatores, essa pesquisa se torna relevante para desmistificar tabus que conservam sua reincidência, discutir a estigmatização das vítimas e exigir olhares atentos, tanto sociais quanto legislativos e jurídicos, para mitigar sua continuidade. Portanto, o

file:///Users/danielsilveira/Downloads/o_silencio_que_ecoa_impactos_psicossociais_da_cu (1).html# 1/7
5/28/25, 10:59 AM o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu

desenvolvimento desse estudo pretende contribuir para a sociedade e comunidade acadêmico-científica, enriquecendo o campo de estudo sobre a violência sexual infantil e promovendo a conscientização, dessensibilização de tabus e fornecer perspectivas fundamentais para esse fenômeno.

A escolha do tema e desse estudo justifica-se pela importância de evidenciar o silenciamento social diante das violências sexuais, as subnotificações dos casos e as transgressões dos direitos da criança. Além disso, busca refletir sobre a necessidade de medidas preventivas, resolutas e de políticas públicas que garantam sua proteção.

1.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Quais são os impactos psicossociais da cultura do silêncio na vida de pessoas que foram vítimas de violência sexual infantil?

1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.4.1 Objetivo Geral

Compreender quais são os impactos psicossociais da cultura do silêncio na vida de pessoas que foram vítimas de violência sexual infantil.

1.4.2 Objetivos Específicos

Observar as perspectivas e experiências de pessoas que vivenciaram a violência sexual na infância.

Investigar os efeitos da violência sexual infantil e suas consequências na

vida adulta. Identificar o papel das redes de apoio no processo de recuperação e na mitigação dos danos causados pela violência. Verificar os fatores que mantêm o silêncio das vítimas, analisando os elementos psicossociais que contribuem para a perpetuação do silenciamento.

file:///Users/danielsilveira/Downloads/o_silencio_que_ecoa_impactos_psicossociais_da_cu (1).html# 2/7
5/28/25, 10:59 AM o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA

A violência sexual infantil é uma infração multifacetada e endêmica que existe há muitos séculos e que persiste na sociedade moderna. De acordo com Fernandes et al. (2020), surge das posições de poder e da relação desigual e arbitrária entre o agressor e a criança, comprometendo sua capacidade de autodefesa caracteriza-se por uma prática que tanto pode ser compulsória ou sedutora e pode ocorrer em diversas relações, independente do gênero da vítima.

As ações incluem exposição a conteúdos pornográficos, erotização precoce, observação de atos sexuais, jogos sexuais, contato genital e sexo sem consentimento. Na visão dos autores, o silenciamento sobre a violência tem uma base sólida na iminência de represálias e na inconsistência de serviços públicos. A perpetuação dessa violência sofre diversas influências e configura, conseqüentemente, um problema de natureza multifatorial reforçada por posturas familiares, sociais e políticas

totalmente displicentes (FERNANDES et.al., 2020).

Historicamente, a violência sexual infantil perpassa por diversas raízes socioculturais. Para Carvalho et al. (2021), até o século anterior, a prática de as famílias entregarem suas filhas, ainda em período infantojuvenil para o domínio de homens que atingiram a maior idade para uma união arranjada, era uma situação normalizada. Concomitantemente, a disparidade de faixa etária não era preocupação central das famílias, ao contrário, a tradição e o patriarcado prevaleciam, culminando em contato sexual legalizado com crianças.

Atualmente, a reprodução dessas práticas seria recriminada e analisada como uma incitação à pedofilia, o que causaria um forte debate e impacto social. Contudo, ainda na contemporaneidade, com o advento das mídias digitais, a superexposição do corpo em período de puberdade e as imprudências ocultam a gravidade do problema e contribuem para um cenário propício à pedofilia e até mesmo para gestações precoces (CARVALHO et.al., 2021).

Nessa perspectiva, Teodoro (2019), ressalta que o “congelamento” ou perpetuação à hegemonia masculina atravessou muitas gerações e ainda reflete até os dias atuais. Muitas mulheres submetidas ao autoritarismo da estrutura familiar, sucumbiam ao conservadorismo da época e eram silenciadas diante de práticas abusivas. Para evitar retaliações, muitas mulheres impediam que situações de violência sexual infantil fossem reveladas fora do seio familiar, mantendo as vítimas no sistema de objetificação e de controle.

Compreendendo isso, Andrade et al. (2023), apontam que estudos revelam que os

[file:///Users/danielsilveira/Downloads/o_silencio_que_ecoa_impactos_psicossociais_da_cu \(1\).html# 3/7](file:///Users/danielsilveira/Downloads/o_silencio_que_ecoa_impactos_psicossociais_da_cu%20(1).html#3/7)

5/28/25, 10:59 AM o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu

abusos sexuais na infância, predominantemente têm origem no núcleo familiar e continuam ocorrendo nesse contexto. A posição subalternizada da criança sob autoridade da família associada ao grau de proximidade parental, facilita o silenciamento do incesto. Nesse contexto, aqueles que deveriam desempenhar um papel de proteção e representar um elo de segurança, tornam-se reforçadores das ameaças.

Segundo Quadros e Muhl (2024), o respeito e submissão culturalmente apreendidos diante da figura de autoridade de um adulto, podem ser agentes facilitadores da consumação da violência sexual e de sua camuflagem. A criança sob controle e poder de alguém mais velho, pode ter dificuldades em resistir ao abuso. Por outro lado, o abusador com suas características de manipulação, confunde os sentimentos da criança.

provocando nela, desorientação ao distinguir entre obediência, medo, afeto e entrega.

Na visão dos autores, muitos dos violentadores, por não apresentarem características suspeitas, se aproveitam de negligências para concretizar o ato e ocultá-lo. Seguindo essa linha, em supremacia masculina, o abusador deposita na criança, a busca por sua satisfação sexual sem a preocupação de enxergá-la com sensibilidade. Ademais, crianças menores, carentes emocionalmente, pouco supervisionadas e vigiadas se tornam ainda mais vulneráveis.

De acordo com Albuquerque et.al. (2025), apesar de as mulheres não costumarem ser as autoras de violência sexual contra crianças, aquelas que se mostram negligentes ao perceber essas ações, são tão participantes quanto. Sua convivência com os participantes reais da violência sexual é agravante na mesma proporção, colabora para a perpetuação desse ciclo de violência e costuma estar relacionada a experiências traumáticas pregressas.

Válido lembrar que, mulheres que foram vítimas de violência doméstica na infância por sua família de origem, que se envolveram em abuso de drogas ou álcool e que foram expostas a um ambiente traumático, tendem a normalizar práticas abusivas com mais facilidade. Por já terem vivenciado situações semelhantes ou iguais, ficam mais suscetíveis a ter uma visão comprometida desse tipo de violação (ALBUQUERQUE et al., 2025).

2.2 A CULTURA DO SILÊNCIO

Freire (1968) aponta que a cultura do silêncio, é construída a partir de relações opressoras que deslegitimam a fala dos sujeitos e naturalizam a passividade diante da violência. No caso da violência sexual infantil, o silêncio é perpetuado não apenas pelas ameaças diretas do agressor, mas também pela omissão da sociedade e das instituições que falham em oferecer espaços seguros de escuta. Segundo Neves Neto et al. (2021), a ausência de canais efetivos de denúncia e de acolhimento psicológico contribui para a manutenção desse ciclo.

Nesse sentido, Gonçalves e Silva (2023) observam que a criança, ao ser deslegitimada em sua dor, internaliza a crença de que não será ouvida e acolhida, o que contribui para o enraizamento do trauma e dificulta a busca por ajuda. Essa realidade demonstra que o rompimento da cultura do silêncio, exige não apenas ações individuais, mas transformações estruturais que garantam proteção, escuta ativa e justiça às vítimas. A estrutura adultocêntrica reforça o silenciamento, sobretudo quando o agressor ocupa

file:///Users/danielsilveira/Downloads/o_silencio_que_ecoa_impactos_psicossociais_da_cu (1).html# 4/7
5/28/25, 10:59 AM o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu

uma posição de poder ou confiança no círculo familiar.

Cardoso et al. (2023) ressaltam que o silêncio em torno da violência sexual infantil se configura como uma violência simbólica, muitas vezes legitimada por discursos moralizantes que culpabilizam a vítima ou minimizam a gravidade do ocorrido. Essa lógica sustenta a ideia de que a criança deve se calar para preservar a imagem da família, o que contribui para a revitimização e impede a construção de uma rede de apoio sólida. Sob esse ponto de vista, Lopes, Silva e Ribeiro (2024) argumentam que o silenciamento institucional se manifesta quando escolas, unidades de saúde e serviços de assistência social falham em identificar sinais de abuso ou em agir diante de denúncias. Muitas vezes, os profissionais não se sentem preparados para lidar com essas situações, o que reforça a invisibilidade da violência e perpetua o sofrimento das vítimas.

A banalização da violência sexual infantil e sua consequente invisibilidade também estão relacionadas à cultura do medo e da culpa, sentimentos frequentemente internalizados pelas vítimas. De acordo com Andrade et al. (2023), esses sentimentos bloqueiam a possibilidade de fala e dificultam o processo de elaboração subjetiva do trauma. O silêncio, portanto, não é apenas a ausência de fala, mas um mecanismo de defesa que pode se tornar uma prisão psíquica.

Por esse lado, Neves Neto et al. (2021) afirmam que o enfrentamento da cultura do silêncio demanda ações coletivas e intersectoriais. Isso inclui o fortalecimento das políticas públicas de proteção à infância, a capacitação contínua de profissionais e o incentivo a campanhas educativas que promovam o direito à fala e ao acolhimento. Ao romper o silêncio, a criança não apenas denuncia a violência sofrida, mas inicia um processo de resgate de sua dignidade e autonomia.

A responsabilização das instituições sociais no combate ao silêncio é igualmente necessária. Como aponta Gonçalves e Silva (2023), é fundamental criar espaços seguros para que as vítimas possam ser ouvidas sem julgamento, estabelecendo vínculos de confiança com os profissionais da rede de proteção. Nessa linha, a superação da cultura do silêncio depende do compromisso ético de toda a sociedade em reconhecer e combater as múltiplas formas de silenciamento impostas às crianças.

Desse modo, a cultura do silêncio deve ser compreendida como um fenômeno social e simbólico que atravessa gerações e se manifesta em diversas esferas da vida cotidiana. Para desconstruí-la, Castro et al. (2023) defendem ser necessário promover uma mudança de mentalidade

que valorize a escuta, a empatia e a responsabilização coletiva diante da violência sexual infantil.

Por fim, Lopes et al. (2024) destacam que romper com o silêncio requer também a reconstrução da confiança da vítima nas relações humanas. Isso significa validar sua dor, acolher seu relato e garantir que sua voz tenha consequências práticas, como o acesso à justiça e ao cuidado integral. Só assim será possível desestabilizar a lógica histórica que sustenta o silenciamento das infâncias violentadas.

2.3 OS EFEITOS PSICOSSOCIAIS DA CULTURA DO SILÊNCIO EM VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

file:///Users/danielsilveira/Downloads/o_silencio_que_ecoa_impactos_psicossociais_da_cu (1).html# 5/7
5/28/25, 10:59 AM o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu

Para Lopes, Silva e Ribeiro (2024), o abuso sexual infantil deixa cicatrices emocionais duradouras que repercutem na fase adulta, impactando negativamente a autoestima, os relacionamentos interpessoais e a saúde mental. O silêncio imposto ou autoinfligido é um dos principais fatores que impedem a elaboração do trauma. Logo, Teodoro (2019), afirma que o abuso sexual infantil intrafamiliar é sustentado por uma lógica de dominação, em que a vítima é submetida a um pacto de silêncio naturalizado pelo medo e pela culpa, dificultando inclusive a atuação das redes de proteção. Essa situação agrava-se quando os profissionais envolvidos reproduzem discursos moralizantes e falham em acolher adequadamente os sujeitos vitimizados.

O silêncio também compromete a construção da subjetividade da criança, gerando sintomas como ansiedade, depressão, fobias, distúrbios alimentares, comportamentos autolesivos e dificuldades de vinculação. Conforme apontado por Andrade et al. (2023), a naturalização do silêncio é uma das principais barreiras para a prevenção e intervenção eficaz nesses casos. A internalização do silenciamento pode, ainda, interferir na percepção que a criança tem de si mesma, fazendo com que ela se identifique com a violência sofrida e desenvolva sentimentos de autodepreciação. Nesse sentido, estudos recentes, como o de Gonçalves e Silva (2023), mostram que a repressão emocional prolongada está associada ao desenvolvimento de sintomas psíquicos graves, como dissociação e transtornos de personalidade na vida adulta.

Por outro lado, a elaboração do trauma exige um ambiente de segurança e escuta ativa. Segundo Cardoso et al. (2023), a possibilidade de expressar a dor vivida em espaços terapêuticos ou em contextos

comunitários promove a reconfiguração simbólica da experiência abusiva. Essa resignificação é essencial para que a vítima possa se reapropriar de sua história e de sua subjetividade. Lopes et al. (2024) destacam que a psicoterapia se apresenta como um importante recurso para a resignificação das experiências traumáticas e rompimento com o silêncio. Espaços de escuta, acolhimento e validação da dor são fundamentais para que a vítima possa reconstruir sua história e recuperar o sentimento de dignidade. Ainda, segurança e continuidade no atendimento psicossocial são elementos essenciais na trajetória de reparação.

Assim sendo, para enfrentar a cultura do silêncio, é imprescindível qualificar os profissionais da saúde, educação, assistência social e justiça, de modo que reconheçam as dinâmicas do silenciamento e suas implicações. Como afirmam Cardoso et al. (2023), uma atuação intersetorial, integrada e comprometida é essencial para garantir o acesso aos direitos e à proteção das crianças e adolescentes. Gonçalves e Silva (2023) reforçam que romper com a cultura do silêncio é um ato de resistência e de reconstrução identitária. Ao encontrar escuta e acolhimento, a vítima tem a possibilidade de se desvincular da condição de objeto da violência e se reconhecer como sujeito de direitos, capaz de resignificar sua trajetória.

De tal modo, Silva e Andrade (2023) ressaltam que, para muitas vítimas, o silêncio não representa apenas a ausência de fala, mas um mecanismo de sobrevivência frente a um ambiente ameaçador. No entanto, esse recurso psíquico pode se tornar disfuncional ao longo do tempo, consolidando-se em um trauma crônico. Reconhecer isso é essencial para o desenvolvimento de abordagens terapêuticas mais empáticas e humanizadas.

file:///Users/danielsilveira/Downloads/o_silencio_que_ecoa_impactos_psicossociais_da_cu (1).html# 6/7
5/28/25, 10:59 AM o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu

Nessa perspectiva, compreender e romper com a cultura do silêncio é tarefa coletiva. Envolve desde a escuta sensível de um profissional, passando pelo fortalecimento das redes de apoio, até a promoção de políticas públicas que tratem a vítima com dignidade e assegurem o direito à voz, considerando que o silêncio não é apenas a ausência de fala, mas a perpetuação de uma violência simbólica que precisa ser superada.

Links por Ocorrência (Internet)



Relatório DOCxWEB DOCXWEB.COM Ajuda

file:///Users/danielsilveira/Downloads/o_silencio_que_ecoa_impactos_psicossociais_da_cu (1).html# 7/7

5/28/25, 11:01 AM o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu



Relatório DOCxWEB DOCXWEB.COM Ajuda

Título: **o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu**
 Data: 27/05/2025 10:07
 Usuário: Sandmilly Barbosa
 Email: sandmilly.barbosa98@gmail.com
 Revisão: 1

Observações:

- Caso tenha dúvida na interpretação do relatório, clique o botão 'Ajuda'.
- Caso tenha recebido este relatório de outra pessoa e exista a suspeita de violação das informações mais sensíveis apresentadas abaixo, use o texto da pesquisa e realize uma nova pesquisa no docxweb.com.
- As demais informações estão disponíveis no restante das abas expansíveis do relatório.

Autenticidade em relação a INTERNET

Autenticidade Calculada: **87 %**

Ocorrência de Links:

5 % https://www.fag.edu.br/novo/arquivos/comite/cep/2020/1_Projeto_de_Pesq...
 4 % <https://www.fag.edu.br/novo/arquivos/comite/cep/documentos/2018/3-Proj...>
 4 % http://www.fag.edu.br/novo/arquivos/comite/cep/2019/1_Projeto_de_Pesqu...
 4 % http://fhsl.org.br/arquivo/comite/1_Projeto_de_Pesquisa_2019_ok.docx
 4 % <http://www.passeidireto.com/arquivo/103525494/avaliacao-nutricional-e-...>
 4 % https://fhsl.org.br/arquivo/comite/1_Projeto_de_Pesquisa_2019_ok.docx
 4 % http://www.fag.edu.br/novo/arquivos/comite/cep/documentos/2018/3_Proje...
 4 % <http://www.passeidireto.com/arquivo/103525494/avaliacao-nutricional-e-...>
 4 % https://www.fag.edu.br/novo/arquivos/comite/cep/documentos/2018/3_Proj...
 4 % https://www.fag.edu.br/novo/arquivos/comite/cep/2019/1_Projeto_de_Pesq...

Autenticidade em relação a INTERNET

[Texto Pesquisado \(Internet\)](#)

3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo possui uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo, tendo como objetivo compreender os impactos psicossociais da cultura do silêncio em adultos que foram vítimas de violência sexual infantil. A escolha por uma metodologia qualitativa se justifica pela complexidade e subjetividade do fenômeno investigado, priorizando a compreensão dos sentidos atribuídos pelas vítimas às suas vivências e silenciamentos ao longo da vida. Conforme Cordeiro et al. (2023), esse tipo de pesquisa permite acessar significados, emoções e construções simbólicas que ultrapassam os limites da quantificação.

Dentro dessa abordagem, o caráter exploratório permite a familiarização com o objeto de estudo e a identificação de elementos subjetivos, que podem estar

presentes nas narrativas dos participantes. Já o aspecto descritivo busca dar visibilidade aos efeitos da violência sexual e do silenciamento na constituição da subjetividade, saúde mental e

file:///Users/danielsilveira/Library/Containers/net.whatsapp.WhatsApp/Data/tmp/documents/7DB9A572-6B7E-4D2A-B834-804255AA5F77/

o silencio que ecoa... 1/8

5/28/25, 11:01 AM o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu

relações sociais das vítimas.

3.2 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E PLANO DE RECRUTAMENTO

A presente pesquisa será realizada no segundo semestre de 2025 e terá como população alvo pessoas adultas, com idade igual ou superior a 18 anos, que foram vítimas de violência sexual na infância e que, de forma voluntária, aceitem compartilhar aspectos de suas vivências e percepções relacionadas à cultura do silêncio e seus desdobramentos psicossociais na vida adulta .

Para o recrutamento dos participantes, será utilizada a técnica de amostragem “bola de neve” (snowball sampling), amplamente adotada em estudos qualitativos com populações de difícil acesso ou que envolvam temas sensíveis. Inicialmente, serão identificados um ou dois participantes que atendam aos critérios de inclusão, por meio de indicações realizadas por profissionais da saúde ou por contatos pessoais dos pesquisadores.

O primeiro contato com os potenciais participantes será realizado via telefone ou aplicativo de mensagens (WhatsApp). Nessa etapa, os pesquisadores irão se apresentar, explicar os objetivos e a natureza da pesquisa, esclarecer dúvidas e verificar o interesse em participar. Após o aceite desses primeiros participantes, será solicitado que indiquem outras pessoas que também se enquadrem no perfil do estudo. O número máximo de participantes será de cinco pessoas, considerando a profundidade e a complexidade do tema abordado.

As pessoas que manifestarem interesse em participar receberão previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo informações claras e acessíveis sobre os objetivos do estudo, os procedimentos envolvidos, os direitos dos participantes, bem como a garantia do anonimato, sigilo e a possibilidade de desistência a qualquer momento sem nenhum prejuízo.

A participação na pesquisa será totalmente voluntária, e somente será efetivada mediante o aceite e assinatura do TCLE. A condução do processo de recrutamento, bem como todas as etapas de pesquisa, seguirá os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/ 2012 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando o respeito, empatia e cuidado

com cada pessoa envolvida.

3.2.1 Critérios de Inclusão

Pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, que tenham vivenciado situações de violência sexual na infância.

3.2.2 Critérios de Exclusão

Pessoas que não residam no Brasil, que apresentem recusa na assinatura do TCLE, que não possuam acesso à internet nem fluência na língua portuguesa.

3.3 COMO E QUEM IRÁ OBTER O CONSENTIMENTO/ASSENTIMENTO E GARANTIAS

file:///Users/danielsilveira/Library/Containers/net.whatsapp.WhatsApp/Data/tmp/documents/7DB9A572-6B7E-4D2A-B834-804255AA5F77/

o silêncio que ecoa... 2/8

5/28/25, 11:01 AM o silêncio que ecoa impactos psicossociais da cu

ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DE PESQUISA

Esta pesquisa seguirá rigorosamente os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regula pesquisas com seres humanos. O projeto será previamente submetido à avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição de ensino responsável. A participação será voluntária, e todos os envolvidos serão informados quanto aos objetivos, procedimentos e possíveis riscos da pesquisa, conforme os critérios éticos vigentes para estudos com seres humanos.

O termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será apresentado em formato digital aos participantes, após o primeiro contato realizado via telefone ou aplicativo de mensagens (WhatsApp). O documento será lido e explicado pelos próprios pesquisadores, que estarão preparados para conduzir esse momento com clareza, empatia e respeito aos limites individuais. A confidencialidade será garantida por meio da anonimização dos dados, do uso de codinomes e da proteção dos registros em ambiente digital seguro.

3.4 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO

PROJETO

A execução do presente projeto terá início com a identificação dos primeiros participantes, conforme os critérios estabelecidos, por meio de identificações feitas por profissionais da saúde ou contatos pessoais dos pesquisadores, em consonância com a técnica de amostragem por “bola de neve” (snowball sampling). Após o aceite dos primeiros participantes, será solicitado que indiquem outras pessoas que também se enquadrem no perfil do estudo e que estejam dispostas a contribuir com a pesquisa. O número de participantes será limitado a cinco, considerando a complexidade do tema e a proposta de aprofundamento das narrativas.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas remotamente (via vídeo chamada) respeitando a disponibilidade e o conforto dos participantes. A entrevista seguirá um roteiro previamente elaborado, com questões abertas que possibilitem explorar as vivências relacionadas à violência sexual na infância, os impactos psicossociais percebidos na vida adulta, e o papel da cultura do Silêncio nessas experiências. Com as entrevistas realizadas os pesquisadores realizarão a análise dos dados alcançados, a discussão com a fundamentação teórica previamente realizada e defesa do trabalho.

3.5 DESCRIÇÃO DE MÉTODOS QUE AFETEM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA E ANÁLISE CRÍTICA DE RISCOS E BENEFÍCIOS, BEM COMO MEDIDAS QUE MINIMIZEM E/OU ELIMINEM TAIS RISCOS

Por se tratar de um tema sensível, reconhece-se que, embora os riscos sejam considerados mínimos, os participantes podem experimentar sentimentos de desconforto, angústia, tristeza, ou revivência de memórias traumáticas durante a entrevista. Para minimizar tais riscos, a coleta de dados será realizada por meio de entrevistas individuais,

file:///Users/danielsilveira/Library/Containers/net.whatsapp.WhatsApp/Data/tmp/documents/7DB9A572-6B7E-4D2A-B834-804255AA5F77
/o silencio que ecoa... 3/8

5/28/25, 11:01 AM o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu

baseadas em um roteiro semiestruturado com perguntas abertas, conduzidas com empatia, escuta ativa e acolhimento.

As entrevistas ocorrerão em ambiente virtual, assegurando privacidade e segurança emocional. Os pesquisadores estarão atentos às reações dos participantes, respeitando seus limites e pausando ou encerrando a entrevista sempre que necessário. Em caso de necessidade será oferecido encaminhamento para atendimento psicológico gratuito.

Os dados coletados serão tratados com rigor ético, garantindo anonimato e

sigilo. Quanto aos benefícios, a participação pode favorecer processos subjetivos de reconhecimento e validação da própria história, além de contribuir com a produção de conhecimento científico e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à prevenção e ao cuidado com vítimas de violência sexual. Todo o processo respeitará os princípios da ética em pesquisa com seres humanos, conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, prezando pela autonomia, dignidade, empatia e proteção integral dos participantes.

3.6 PREVISÃO DE INDENIZAÇÃO E RESSARCIMENTO DE GASTOS AOS PARTICIPANTES

Considerando que a participação na pesquisa ocorrerá de forma remota, por meio de chamadas de vídeo, não se espera que haja gastos por parte dos participantes. No entanto, os pesquisadores responsáveis se comprometem a ressarcir quaisquer despesas decorrentes diretamente da participação no estudo, caso venham a ocorrer, incluindo possíveis custos de deslocamento ou acesso à internet, quando necessário, além de cobrir também as despesas de acompanhantes, se for o caso.

Em conformidade com a Resolução CNS nº 466/2012 (item IV.3), os participantes que eventualmente venham a sofrer qualquer tipo de dano, físico, emocional ou psicológico, em decorrência de sua participação na pesquisa, sejam eles previstos ou não no TCLE, terão direito a devida indenização. Essa responsabilidade recai sobre os pesquisadores e a instituição envolvida. Além disso, conforme estabelecido no Código Civil (Lei nº 10.406/2002), especialmente nos artigos 927 a 954, o participante terá direito à assistência integral, imediata e gratuita pelo tempo que for necessário visando a reparação dos danos sofridos.

3.7 CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

A pesquisa poderá ser suspensa ou encerrada a qualquer momento, caso ocorram situações que comprometam a integridade ética ou metodológica do estudo. Entre os critérios estabelecidos, destaca-se a possibilidade de desistência voluntária dos participantes, que poderão revogar seu consentimento livre e esclarecido a qualquer tempo, sem prejuízo algum.

Ademais, a interrupção da pesquisa poderá ser considerada diante do surgimento de riscos inesperados à saúde física ou emocional dos envolvidos, do descumprimento dos princípios éticos ou ainda de dificuldades operacionais que inviabilizem a continuidade da investigação.

Tais medidas visam assegurar o bem-estar dos participantes e a legitimidade científica da pesquisa, em conformidade com as diretrizes estabelecidas

file:///Users/danielsilveira/Library/Containers/net.whatsapp.WhatsApp/Data/tmp/documents/7DB9A572-6B7E-4D2A-B834-804255AA5F77
/o silencio que ecoa... 4/8

5/28/25, 11:01 AM o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu

pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

3.8 LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS E INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA

Considerando a sensibilidade do tema proposto e o respeito à individualidade dos participantes, todas as entrevistas serão realizadas de forma remota, por meio de videochamadas no Google Meet, buscando acolher o participante em um espaço seguro, possibilitando um ambiente de escuta respeitosa.

Essa forma de realização também permite que a pesquisa alcance pessoas de diferentes localidades, sem exigir deslocamentos ou exposição desnecessária. As entrevistas serão agendadas com antecedência e os participantes serão orientados a escolher um horário e local que lhes proporcione tranquilidade e privacidade.

A infraestrutura necessária será simples e acessível, conexão com internet e um dispositivo com câmera e microfone (como celular ou computador). Os pesquisadores utilizarão equipamentos próprios, garantindo sigilo e proteção das informações compartilhadas. Nenhuma instituição física será utilizada como campo de pesquisa, pois o trabalho se desenvolverá no espaço virtual e na escuta individualizada.

3.9 EXPLICITAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA As responsabilidades no desenvolvimento dessa pesquisa serão compartilhadas entre os membros da equipe, que deverão seguir rigorosamente o plano metodológico previamente estabelecido. Entre suas atribuições está a elaboração e a coleta dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dos participantes, procedimento que deverá ocorrer após a aprovação do Comitê de Ética e antes do início da coleta de dados. Serão adotadas todas as medidas necessárias para prevenir e minimizar possíveis riscos ou danos aos participantes durante o desenvolvimento da pesquisa. A equipe contará, ainda, com o acompanhamento e a supervisão do professor orientador vinculado ao Centro Universitário FAG, que prestará suporte técnico, metodológico e

ético em todas as etapas do trabalho.

Os participantes assumem responsabilidades específicas no decorrer do processo, como fornecer o consentimento, colaborar com informações verdadeiras, manter a confidencialidade e zelar pela comunicação ética e respeitosa durante sua participação na pesquisa.

3.10 EXPLICITAÇÃO ACERCA DA PROPRIEDADE DAS INFORMAÇÕES GERADAS PELA PESQUISA, SOBRE O USO E DESTINO DAS INFORMAÇÕES/DADOS COLETADOS, BEM COMO MEDIDAS DE PROTEÇÃO RELATIVAS À PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO, LOCAL E TEMPO DE ARMAZENAMENTO

Em conformidade com a Resolução CNS nº 466/12, todos os dados e informações coletados durante a realização da pesquisa serão devidamente armazenados e permanecerão sob a responsabilidade e guarda dos pesquisadores por um período

file:///Users/danielsilveira/Library/Containers/net.whatsapp.WhatsApp/Data/tmp/documents/7DB9A572-6B7E-4D2A-B834-804255AA5F77
/o silencio que ecoa... 5/8
5/28/25, 11:01 AM o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu

mínimo de cinco anos.

3.11 ORÇAMENTO

A tabela a seguir apresenta uma estimativa dos custos previstos para a realização da pesquisa. Ressalta-se que os valores indicados são aproximados e podem sofrer alterações, considerando que a execução do estudo ocorrerá nos próximos meses, estando, portanto, sujeita a possíveis variações de acordo com as condições do mercado (Tabela 1):

Tabela 1 - Orçamento para realização da pesquisa.

Itens

Quantidade

Valor Unitário

Valor Total

Pacote de dados de Internet

01

R\$ 99,00

R\$ 99,00

Impressões (Declaração dos pesquisadores, TCLE, etc.)

31

R\$ 0,30

R\$9,30

-

-

Total:

R\$108,30

Fonte: Elaborado pelos Pesquisadores, 2025.

3.12 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de atividades será executado a partir da aprovação do projeto pelo Comitê de Ética, viabilizando, assim, o desenvolvimento das etapas previstas (Quadro 1):

Quadro 1 - Cronograma do projeto de pesquisa

Atividades

Set/2025

Out/2025

Nov/2025

Recrutamento dos Participantes

X

file:///Users/danielsilveira/Library/Containers/net.whatsapp.WhatsApp/Data/tmp/documents/7DB9A572-6B7E-4D2A-B834-804255AA5F77
/o silencio que ecoa... 6/8
5/28/25, 11:01 AM o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu

Início Construção do Artigo

X

Coleta de Dados

X

Tabulação dos Dados

X

Análise de Dados

X

Resultados e Discussões

X

Considerações Finais

X

Finalização da Introdução

file:///Users/danielsilveira/Library/Containers/net.whatsapp.WhatsApp/Data/tmp/documents/7DB9A572-6B7E-4D2A-B834-804255AA5F77
/o silencio que ecoa... 7/8
5/28/25, 11:01 AM o silencio que ecoa impactos psicossociais da cu

X

Entrega

X

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2025.

3.13 ANÁLISE DOS RESULTADOS E EXPLICITAÇÃO DE QUE OS RESULTADOS DA PESQUISA SERÃO TORNADOS PÚBLICOS, SEJAM ELES FAVORÁVEIS OU NÃO.

Os dados obtidos na presente pesquisa serão analisados por meio da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). Este método se caracteriza por um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto ou latente nas mensagens. A análise permite a categorização dos dados a partir da identificação de unidades de registro, contexto, categorias temáticas e subcategorias emergentes, possibilitando uma interpretação rigorosa e fundamentada.

Além disso, em cumprimento aos princípios éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 466/12, garante-se que os resultados da pesquisa, sejam eles favoráveis ou não, serão devidamente divulgados. Os participantes da pesquisa, bem como as instituições envolvidas, terão acesso aos achados, assegurando transparência e compromisso ético com a produção científica.

Por fim, os pesquisadores se comprometem a compartilhar os resultados por meio de publicações acadêmicas, eventos científicos e outros meios pertinentes, sempre conferindo os devidos créditos aos autores e participantes que colaboraram para o desenvolvimento da pesquisa, respeitando os princípios da ética, da confidencialidade e da integridade científica.

Links por Ocorrência (Internet)



Relatório DOCxWEB DOCXWEB.COM Ajuda